

27/10/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 92.895 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
PACTE. (S) : **MARCELO DOMINGOS**
IMPTE. (S) : **FRANCISCO EMERSON MOUZINHO DE LIMA**
COATOR(A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. LESÃO CORPORAL. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE A IMPUTAÇÃO E A SENTENÇA. INEXISTÊNCIA. ERRO MATERIAL.

Denúncia pelo crime tipificado no art. 129, § 1º, inc. I do Código penal. Imputação, na sentença, da prática do crime descrito no art. 129, § 2º, inc. I do Código penal. Paciente condenado nos exatos termos dos fatos descritos na denúncia. Existência de mero erro material, corrigido no acórdão do Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado na digitação incorreta, na sentença, do dispositivo penal.

Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de *habeas corpus*, termos do voto do Relator.

Brasília, 27 de outubro de 2009.


EROS GRAU - RELATOR



27/10/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 92.895 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
PACTE. (S) : **MARCELO DOMINGOS**
IMPTE. (S) : **FRANCISCO EMERSON MOUZINHO DE LIMA**
COATOR(A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: *Habeas Corpus* impetrado para impugnar acórdão do STJ, HC n. 57.398, assim ementado:

"CRIMINAL. HC. LESÕES CORPORAIS GRAVES. NULIDADE DA SENTENÇA. MUTATIO LIBELLI. NÃO OCORRÊNCIA. DESACERTO DO MAGISTRADO AO CAPITULAR O FATO. CONDENAÇÃO NOS MESMOS TERMOS DA DENÚNCIA. ERRO MATERIAL CONFIGURADO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

Hipótese na qual foi oferecida denúncia em desfavor do paciente, atribuindo-lhe o delito tipificado no art. 129, § 1º, inciso I, do Código Penal, tendo o Magistrado singular condenado o réu como incurso no art. 129, § 2º, inciso I, do mesmo Diploma Legal.

Evidenciado que não houve modificação do tipo penal, tendo ocorrido apenas erro material, pois o Juízo monocrático, não obstante ter condenado o réu pela prática de lesões corporais graves, incorreu em desacerto ao capitular o delito, resta configurado constrangimento ilegal.

Deve ser sanada a falha verificada, apenas para que conste da sentença monocrática que a condenação do paciente foi pela prática do tipo penal descrito no art. 129, § 1º, inciso I, do Código Penal.

Ordem parcialmente concedida, nos termos do voto do Relator."

2. O paciente foi condenado a 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão pela prática de lesão

HC 92.895 / SP

corporal grave (CP, art. 129, § 1º, inc. I). No entanto, constou na parte dispositiva da sentença o § 2º, do art. 129, em lugar do § 1º.

3. Seguiu-se recurso de apelação sustentando a ausência de correlação entre a imputação e a sentença, recurso ao qual o TJ/SP negou provimento.

4. Impetrado HC no STJ, sob o mesmo fundamento, a ordem foi parcialmente concedida para sanar-se a falha, passando a constar na parte dispositiva da sentença o § 1º do art. 129, condizente com os fatos, em lugar do § 2º.

5. O impetrante insiste na ausência de correlação entre a imputação e a sentença.

6. Requer a concessão da ordem para anular o feito a partir da sentença.

7. A PGR opina pela denegação da ordem.

É o relatório.



HC 92.895 / SP


V O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): A questão é simples e está bem elucidada no seguinte trecho do parecer do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida (fl. 54):

"Como ressaltado no julgamento do Superior Tribunal de Justiça e diferentemente do alegado pelo impetrante, a sentença do juízo singular, na íntegra, condenou o paciente nos exatos termos dos fatos descritos na denúncia, assim explicitado: '... o que efetivamente importa é a comprovação da existência das lesões apontadas no artigo 129, § 1º do Código Penal....'. O fato de constar na conclusão da sentença referência ao art. 129, § 2º do Código penal, não representa um **mutatio libelli**, pois trata-se de mero erro material, plenamente perceptível pela leitura do texto integral daquela peça."

2. Não há, pois, ausência de correlação entre a sentença e a imputação. Ocorreu, na verdade, erro material consubstanciado na digitação incorreta do dispositivo penal, cuja correção foi determinada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Denego a ordem.



SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 92.895**

ORIGEM : HC - 175407 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EROS GRAU

PACTE.(S) : MARCELO DOMINGOS

IMPTE.(S) : FRANCISCO EMERSON MOUZINHO DE LIMA

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **indeferiu** o pedido de **habeas corpus, nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Cezar Peluso. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 27.10.2009.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador